

HISTÓRIAS DE TRABALHO DA RECEITA FEDERAL

10ª Edição – 2019

PROSA - 3º Lugar

GATO ESCALDADO TEM MEDO DE ÁGUA FRIA...

Débora Brígido de Sousa

Desde 2009, trabalho com fiscalização de pessoas físicas na DRF Belo Horizonte. Dentre as diferentes experiências que já vivenciei, existe um lugar comum: ninguém gosta de ser fiscalizado. Via de regra, somos tratados com respeito por parte dos contribuintes, mas é um respeito impregnado de medo, afinal contribuintes e fiscais ocupam posições antagônicas.

Em 2012, selecionou-se para fiscalização de IRPF, um contribuinte que tinha apresentado uma vultosa movimentação financeira no mercado de ações, mas não tinha preenchido os Demonstrativos de Renda Variável em suas declarações e tampouco tinha recolhido qualquer valor de imposto de renda sobre ganhos obtidos em operações na bolsa de valores. Não era uma fiscalização rotineira, mas como já havia executado algumas do gênero, considerei que seria apenas mais uma.

Preparei o termo de início de fiscalização e enviei por via postal para o endereço do contribuinte. Após três tentativas de entrega, a correspondência foi devolvida, não havia ninguém presente para assinar o recebimento do termo.

Para minha surpresa, tive conhecimento, após consultas na internet, que o contribuinte estava detido na Penitenciária Nélson Hungria em Contagem/MG. Opa, sinal vermelho, nunca fiscalizei alguém que estivesse detido. O contribuinte teve sua prisão temporária decretada em 2010, ele estava sendo processado por ter causado prejuízos financeiros a diversas pessoas que aplicaram suas economias numa empresa de investimentos financeiros, de propriedade do contribuinte.

Em contato telefônico com a Penitenciária Nélson Hungria, recebi a informação que o contribuinte se encontrava detido no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – CERESP - em Betim/MG. Encaminhei um ofício ao Diretor-Geral solicitando-lhe acesso às dependências do centro prisional para cientificar pessoalmente o contribuinte.

Porém, não iria fazer uma intimação inusitada como aquela sozinha. Guardava bem na lembrança, o dia em entreguei um termo de início, numa peixaria em Foz do Iguaçu/PR, minha primeira lotação na RFB. Naquele dia, a frase “a ignorância é atrevida” mostrou seu real significado. Era o ano de 1997, do alto dos meus 25 anos, a verdadeira síntese de uma nova fiscal nova, com pouquíssima (superlativo para nenhuma) experiência, fui sozinha iniciar uma fiscalização de IRPJ. Durante a travessia dos 10 metros (pareceram 100) que separavam a entrada da peixaria até a sala do representante, pude observar nas mesas de limpeza e preparações de peixes uma infinidade de facões sujos de sangue e na minha cabeça uma pergunta insistia em ecoar: “O que estou fazendo aqui SOZINHA? O que estou fazendo aqui SOZINHA? O que estou fazendo aqui SOZINHA?”.

O proprietário da empresa, após as apresentações de praxe, me solta a pérola: “Doutora, será que a gente não pode dar um jeitinho?” Entre me sentir lisonjeada pelo título doutoral (ao qual não fazia jus) ou ofendida pela tentativa de corrupção ativa que acabara de sofrer ou sair correndo, confesso que optei por esta última. Encurtei logo a conversa: “Não há nada a ser feito, apresente a

documentação e os livros dentro dos prazos estipulados” e disparei rumo a saída. Gata escaldada, prometi a mim mesma que nunca mais me colocaria numa situação daquelas. Da próxima vez, pediria a um colega que me acompanhasse em possíveis situações de risco.

E assim, voltando para 2012, pedi a um colega que fosse comigo entregar aquele termo de início.

Numa manhã ensolarada, fomos numa viatura da RFB, termo que melhor se aplica ao veículo que nos transportou naquele dia, da DRF/Belo Horizonte ao CERESP/Betim. No percurso de uns 40 quilômetros, o suor que percorria minha espinha não era reflexo do dia quente e sim da tarefa que me aguardava, aos poucos a tensão foi sendo dissipada pelo falatório incessante do motorista.

Chegamos ao centro de remanejamento prisional, que embora não tivesse o título de uma prisão, tinha toda cara de uma. Na entrada, fortemente guardada por agentes penitenciários, apresentamos nossas carteiras funcionais e após confirmação de que estávamos sendo aguardados, o veículo pode entrar no primeiro pátio. A partir do segundo, nós, auditores fiscais, deveríamos seguir a pé. Fomos escoltados e conduzidos à sala do diretor, me vi novamente numa longa travessia de pouquíssimos metros, durante os quais só conseguia relembrar todos os filmes ou noticiários de polícia, onde inocentes são feitos reféns durante uma rebelião de presos.

Será que a vida imita a arte ou a arte imita a vida? Neste caso, sorte nossa, ninguém imitou ninguém. Arte, vida e presos deviam estar com preguiça.

Na sala do diretor, o detento é trazido a nossa presença algemado, neste momento a palavra vergonha assume novos significados, ele foi acomodado sentado à nossa frente, com um guarda de prontidão as suas costas.

Faço nossa apresentação, com a voz repleta de gaguejo, e forneço os detalhes do procedimento fiscal que está sendo iniciado. Retiro da minha pasta de couro, usada apenas em ocasiões especiais (?!) como aquela, uma caneta para que o contribuinte assine o termo de início. Para meu espanto e desconforto a caneta resolve “passar dessa para melhor” e se desmonta por completo em minhas mãos, mola para um lado, cartucho e invólucro pro outro. Naquela fração de segundo, em que a arte pode imitar a vida e mil pensamentos atravessam nossa mente, imaginei que o contribuinte era o MacGyver (personagem de ficção, que se safava de situações de perigo criando objetos de defesa ou de ataque a partir de objetos comuns) e que iria utilizar o cartucho da caneta para se livrar das algemas e fazer de mim um escudo humano. Felizmente, como já dito, a arte andava preguiçosa, as partes da caneta restaram inertes em minhas mãos e o diretor do presídio logo providenciou uma simples esferográfica para que terminássemos ilesos nosso trabalho.

Apesar de ser uma situação paradoxal, o contribuinte se mostrou feliz e agradeceu nossa visita, ele via na fiscalização uma forma de provar que realmente tinha perdido muito dinheiro na bolsa de valores, que havia feito péssimos investimentos, mas que não tinha roubado o dinheiro de ninguém, enfim, que ele era um inocente... Até aquele momento, ainda não havia vivenciado uma situação em que minha presença fiscal pudesse ser tão apreciada.

Em tempo, embora não fosse perigoso, em termos fiscais, aquele contribuinte não era nada inocente!